

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1008386-94.2016.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro</b>
Requerente:	<b>Escola de Educação Infantil Garden Kids Ltda Epp</b>
Requerido:	<b>Synchron Informática Ltda.</b>

**ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL GARDEN KIDS LTDA EPP** ajuizou ação contra **SYNCHRON INFORMÁTICA LTDA.**, pedindo a rescisão de contrato de prestação de serviços e a devolução das quantias já pagas, pois a ré, *por motivos desconhecidos da autora, não cumpriu, não honrou com o compromisso avençado, ou seja, não implantou o sistema, não forneceu o licenciamento e muito menos deu treinamento aos usuários, como previsto no Instrumento de Contrato ... , e até hoje não há qualquer sistema instado relacionado ao contrato ora denunciado.*

Citada, a ré contestou o pedido, arguindo irregularidade de representação processual, decadência do direito, prescrição da ação e improcedência, pois o serviço contratado foi prestado.

Manifestou-se a autora, insistindo nos termos do pedido inicial.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A autora está representada nos autos pela mesma pessoa que, em nome dela, contratou com a ré a prestação de serviços (fls. 25). Considerando que não se questionou a legitimidade da atuação ao tempo do contrato, não se haverá de questionar agora.

Não se trata de relação de consumo, pois a autora é empresa profissional e contratou outra empresa, do ramo de informática, para desenvolver um produto específico, um software, insumo, destinado a sua atuação no mercado. Mas esse aspecto em nada interfere no desfecho da lide.

Repele-se a hipótese de decadência do direito ou de prescrição da ação.

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Note-se que a pretensão posta em juízo **não está amparada em falta de qualidade do produto ou do serviço**. Longe disso. Afirmou a autora que a ré **não implantou o sistema, não forneceu o licenciamento e muito menos deu treinamento aos usuários** (textual, fls. 2). Afirmou também que **não há qualquer sistema instalado relacionado ao contrato** (textual, fls. 3).

Firmado o contrato em 28 de março de 2011 (fls. 25), a autora não perdeu o direito de **exigir o cumprimento do contrato**.

Ressaltado esse aspecto, **torna-se irrelevante discutir a qualidade do software, ou seja, a satisfação da autora em relação ao produto entregue, pois não se debate a respeito**. A controvérsia está amparada em **falta de cumprimento do contrato**.

Sucede que a comunicação eletrônica mantida entre as partes afasta essa alegação e, ao invés disso, confirma que o software foi desenvolvido e instalado na sede da autora.

Também confirma ter havido treinamento para os empregados e adaptação às necessidades da contratante. Note-se o e-mail de 3 de julho de 2013, da autora para a contestante: *Bom dia tdb? Me ajuda o que estou fazendo de errado? Rsrsrs* (fls. 60). A resposta, no mesmo dia foi esclarecedora, certamente: *Boa tarde Rejane, Sabe a grade dos serviços? Então, você tem que clicar no botão OK, conforme a imagem abaixo, antes de continuar* (fls. 59).

Há vários outros e-mails nos autos do processo, denotando intensa comunicação entre as partes, a respeito de funcionalidades do sistema, o que proporciona a conclusão óbvia de que foi instalado nas máquinas da autora e estava funcionando. Aliás, custa crer que teria aguardando tanto tempo, alguns anos, para reclamar da falta de instalação.

Como explicar o funcionamento do sistema, sem treinamento dos usuários? É presumível que houve. E está demonstrado.

Nada se dirá a respeito da qualidade do software e do treinamento prestado, pois esse tema não integra a causa de pedir, fundada que está na falta de instalação, funcionamento do sistema e treinamento de usuários.

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de janeiro de 2017.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**